

Cruesp apresenta fórmula ZERO de política salarial

Reitores propõem estonteante mudança da previsão de arrecadação. P. 6

OCUPAÇÃO DO CO

Para envolver Adusp, Jornal da USP e Agência USP distorcem fatos (p. 2)



Daniel Garcia

Posse da nova diretoria lotou o auditório da Geografia no dia 22/06: leia no site da Adusp o discurso de Ciro Correia.

Desafios e tarefas para o segundo semestre

Encerra-se o primeiro semestre. Como fruto de nosso trabalho coletivo demos conta de colocar em pauta, de forma inusitada, o debate sobre a presença das fundações na USP e, por conseguinte, o tema central da questão do ensino público e gratuito e das formas para o seu financiamento; realizamos em conjunto com os funcionários e os estudantes o 4º Congresso da USP que, para além das divergências e incompreensões, marca um momento importante de interação entre os três segmentos da comunidade acadêmica, de modo a permitir uma ação conjunta em relação à universidade que almejamos; tivemos a

campanha salarial que, mesmo em um momento de refluxo da mobilização, levou o Cruesp a reajustar em 6% nossos vencimentos, o que não é desprezível se considerarmos a recuperação salarial conquistada como fruto da greve de 2000.

Tivemos, ainda, a renovação da diretoria e de parcela significativa do Conselho de Representantes da Adusp, o que garante a continuidade da manutenção de nossos instrumentos de luta pela defesa da qualidade de nossas condições de trabalho e da universidade pública e gratuita. E com esta edição chegamos ao Informativo Adusp nº 100, dando continuidade ao nosso compromisso de divulga-

ção criteriosa e ampla da informação.

Temos vários desafios para o semestre que se inicia. Entre eles a tarefa de cuidar para que as deliberações do 4º Congresso da USP sejam levadas a plebiscito e se concretizem na universidade; o ampliar do debate e do posicionamento de toda a comunidade em relação à questão das fundações e do financiamento; a continuidade da campanha salarial, que não se encerrou na data-base; e o importante momento marcado pela sucessão na Reitoria, que devemos aproveitar para fazer avançar a discussão sobre a questão da democracia nas diferentes instâncias de po-

der institucional.

Sabemos que nossa força para dar conta dessas tarefas depende do engajamento e participação de cada associado. Assim, renovamos o convite para que cada docente ofereça sua contribuição, de modo a ampliar a representatividade e os mecanismos democráticos de gestão do sindicato, com os quais estamos comprometidos.

A diretoria da Adusp deseja que o recesso escolar de julho propicie a todos, mesmo para a grande maioria de docentes que continua a exercer suas atividades acadêmicas no período, o necessário renovar de energias para a continuidade do nosso trabalho.

Manifestação sobre fundações: Agência USP de Notícias e Jornal da USP distorcem os fatos

Novamente órgãos oficiais da USP deixam de cumprir seu papel de fazer chegar à comunidade informações isentas e precisas.

No dia 26 de junho passado, a Agência USP de Notícias distribuiu a nota intitulada "Ocupação dos estudantes impede votação na USP".

Ao divulgar no primeiro parágrafo que "A Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) foi ocupada hoje (26) às 12 horas, por cerca de 70 alunos, durante a reunião do Conselho Universitários (CO) da USP", e, ao iniciar o segundo parágrafo, afirmando que a "manifestação, que começou

por volta das 10 horas, contou com o apoio de alguns professores, entre eles Ciro T. Correia, atual presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp) e membros do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp)", a matéria induz a confusão.

O presidente e o primeiro vice-presidente da Adusp, além de representantes do Sintusp e da APG, compareceram para representar as entidades, convidadas para participar da manifestação que os estudantes haviam convocado para as 10h00, em frente ao CO, em relação à presença das fundações

privadas na USP.

Nesse contexto, o presidente da Adusp manifestou apoio ao debate e às preocupações dos estudantes quanto ao tema e ao fato de que a minuta sobre as fundações em discussão no CO, entre outras deficiências, na prática acaba por extinguir a necessidade de convênio devidamente aprovado pelo CO, para que uma fundação possa atuar junto a qualquer unidade da USP.

Seria desnecessário mencionar que não houve, como não poderia haver, qualquer participação da Adusp e das demais entidades na assembleia dos estudantes marcada para

as 12h00, nem que a representação da Adusp sequer ali se encontrava presente, durante a assembleia ou os seus desdobramentos.

A mesma confusão foi reproduzida no *Jornal da USP* de 2 a 9/7/01.

Com esse tipo de atitude, na mesma linha dos *Informes CCS*, divulgados durante a greve de 2000, as autoridades universitárias apenas farão diminuir a credibilidade dos órgãos oficiais da USP junto à comunidade universitária e à sociedade como um todo, o que não interessa a ninguém, pois depõe contra a instituição.

Reitor atropela democracia ao nomear o diretor do ICB

Ao nomear o novo diretor do ICB, o reitor optou por um candidato que foi o terceiro colocado na consulta direta e o segundo no colégio eleitoral. A comunidade do ICB emitiu nota de protesto, assinada pelos representantes junto à Adusp, ao Sintusp e à APG:

A comunidade do ICB vem construindo desde o ano passado um processo de discussões sobre a situação do nosso instituto e da USP enquanto universidade pública. Desse processo emergiram inovações significativas nos hábitos políticos, como (...) a apre-

sentação e debate das propostas de atuação dos três professores que se candidataram ao cargo de Diretor do ICB (...) seguiu-se uma consulta à comunidade na forma de prévia eleitoral da qual participaram 60% dos docentes, 62% dos funcionários e 20% dos estudantes de pós-graduação e pós-doutores.

A prévia eleitoral teve como resultado: 51% dos votos para o professor Britto, 33% dos votos para a professora Zorn e 15% dos votos para o professor Krieger. Todas essas atividades foram coordenadas pela Comissão de Cul-

tura e Extensão do ICB e os resultados da prévia devidamente encaminhados à Direção do ICB.

Realizou-se a seguir a eleição estatutária (...). Tanto o resultado da prévia quanto a votação para composição da lista triplíce apontaram o nome do professor Luiz Roberto Giorgetti de Britto como preferido pela nossa comunidade para ocupar o cargo de Diretor da unidade (...) na votação estatutária venceu nos três escrutínios (tendo 36 dos 81 votos no último deles). O segundo nome da lista triplíce, profes-

or Henrique Krieger (com 31 votos), acabou sendo indicado pelo Reitor, apesar de ter sido o menos votado na prévia por todas as categorias.

A comunidade do ICB foi contrariada nos seus anseios, e aqui manifestamos profunda insatisfação pela escolha do Magnífico Reitor (...) mais uma vez surge a necessidade de implementar mudanças na estrutura da Universidade, na busca de soluções que reflitam as idéias e pensamentos da comunidade e sociedade em que vivemos.

Docente do IME recorre contra decisão da CERT

Recentemente, uma docente do Instituto de Matemática e Estatística recorreu da decisão da CERT de lhe exigir apresentação de relatório de atividades em dois anos, a contar da reunião da CERT que assim o decidiu. Também nesse caso a docente já havia vencido a etapa do regime de experimentação, em período

anterior ao da realização do concurso de ingresso no cargo de professor doutor. O recurso contou com total apoio do Departamento de Matemática e se encontra em trâmite na Reitoria.

Conforme já divulgado, a CERT tem continuado a fazer esse tipo de exigência mesmo para docentes que encontram-se há anos no

exercício permanente do RDIDP, tendo vencido a etapa do período de experimentação, em momento anterior ao da realização do concurso.

Essa situação também tem ocorrido, como no caso específico da professora do IME, nos concursos abertos para os docentes com mais de dez anos de casa.

Lembre-se que essas vagas só foram abertas pela atual administração após a denúncia sistemática por parte da Adusp da gravidade das irregularidades e das distorções provocadas por contratos precários ainda vigentes na universidade, quando a legislação prevê que o ingresso deva ser por concurso público.

Milton Santos, combatente

Jair Borin (ECA)

Tive a distinção e o prazer de privar da amizade do professor Milton Santos. Não vou descrever aqui suas qualidades como pensador original, criador de uma nova Geografia centrada no espaço e território usado. Conheci pouco o professor de Geografia, mas desfrutei em várias ocasiões do convívio deste grande combatente da cidadania plena. Defendia a causa dos excluídos com veemência, embora visse a militância com reservas, por uma postura sartreana, de independência total, que todo intelectual deve ter. Mas alertava: "O fato de ser negro e a exclusão correspondente acabam por me conduzir a uma condição de permanente vigília" (*Revista Adusp* 19, junho de 1999).

E foi nessa vigília constante que nos reunimos, lá nos meados dos anos 90, na busca de uma saída para o processo que a USP movia contra Fernando Conceição, também baiano, como o professor Milton, aluno do Mestrado da ECA, preso quando pichava paredes da USP clamando por vagas para os negros. Bem humorado, sempre com um sorriso franco, o professor Milton assumia a defesa do gesto militante do aluno. Para sua tristeza, apesar de seus es-

forços e de outros professores que se somaram à luta, o aluno acabou sendo condenado a pagar uma indenização à USP para cobrir os gastos de reparação da pintura das paredes.

Seu amor à docência e à pesquisa se diferenciava em cada gesto, em cada iniciativa que tomava com os seus alunos e orientandos. Pouco antes de receber o título de Professor Emérito, que lhe foi atribuído pela Congregação da Faculdade de Filosofia da USP, conversamos por um bom momento. Ele estava feliz pela homenagem, porém contrariado pelo que chamava de exclusão compulsória, após ter completado os 70 anos de idade. Lembrou-me de que isto o marcou indelevelmente, pois queria continuar na docência plena, porque achava que ainda tinha muita disposição para continuar o seu trabalho. E, nessa circunstância, a aposentadoria compulsória não deveria ser aplicada ao professor.

"Outro grande momento do professor militante que conheci foi quando lhe telefonei para compor a comissão dos professores notáveis. Conversamos durante quase duas horas, e, à noite, apesar do

frio, lá estava ele lutando para que a greve fosse vitoriosa"

Em 1998, um mês depois da eclosão da guerra civil em Guiné-Bissau, fomos



Daniel Garcia

Milton Santos: paixão pela docência e pesquisa

procurados por vários alunos bolsistas daquele país, que, de repente, viram-se sem recursos para continuar seus estudos. Novamente recorremos à força de Milton Santos e organizamos um ato expressivo, no auditório da Geografia. Sua intervenção foi decisiva para que a CCInt ouvisse os bolsistas com dificuldades, proporcionando-lhes alguma ajuda, enquanto perdurou o conflito.

Outro grande momento do professor militante que eu conheci, sem nunca ter assumido a militância (talvez o niilismo sartreano o explicasse), foi quando lhe telefonei para compor a comissão dos professores notáveis, para superarmos o impasse a que havia chegado a

greve dos docentes, funcionários e alunos da USP, da Unesp e da Unicamp, em junho do ano passado. Embora sentindo o peso da doença que lhe acometia, disse que atenderia um pedido meu. Procurei deixá-lo à vontade, mas acho que, no fundo, o jovem jornalista que ele havia sido na Bahia, às vezes, falava mais alto do que o geógrafo. Pediu-me que lhe fornecesse dados sobre o movimento. Conversamos durante quase duas horas, em sua casa e, à noite, apesar do frio, lá estava ele lutando para que a greve fosse vitoriosa. Do professor e amigo, que resistia à doença com um humor peculiar, só ouvi uma reclamação: a indignação que ele sentia por ter que compro-

intelectual

A contribuição de Milton Santos para a Geografia

Francisco Scarlato (FFLCH)

A grandiosidade do Pensamento do professor Milton Santos para as Ciências Humanas vai muito além do número de suas publicações e títulos recebidos. Seu maior legado se manifesta nos ensinamentos de um pensamento crítico, instigante e engajado com a sociedade na busca da justiça social. Sua marca foi sempre fugir das explicações simplista e demagógicas na análise das transformações sociais.

A universalidade do seu pensamento e a lucidez de suas análises da realidade sempre se fundamentaram no rigor metodológico, o que lhe garantiu o reconhecimento das sociedades científicas e instituições acadêmicas no Brasil e no mundo.

O convívio com o professor Milton Santos no cotidiano da vida da universidade, sua constante presença e seu compromisso com a qualificação no desempenho acadêmico permitia-nos visualizar neste homem uma referência forte de comportamento ético. A firmeza e lucidez de suas decisões fundiam-se a uma atitude de respeito e serenidade, mesmo quando tinha que se colocar frente a posições divergentes às suas.

A sociedade e a Universidade perdem muito com a morte do professor Milton Santos, porém é a Geografia quem mais perde. No processo histórico de renovação do pensamento geográfico, entre tantos que desempenharam importante papel para consolidar a Geografia como ciência, Milton Santos



Daniel Garcia

Milton participa de debate no lançamento da Campanha Salarial 2000

alinha-se a eles neste compromisso.

“A universalidade do seu pensamento e a lucidez de suas análises da realidade sempre se fundamentaram no rigor metodológico”

Preocupado em dar à Geografia contemporânea um instrumental teórico-metodológico capaz de realizar uma leitura crítica do mundo, perseguiu, de forma obstinada, a construção e reconstrução de conceitos e categorias analíticas que dessem à sua ciência visibilidade de método nesta leitura.

Comprometido com uma visão totalizadora e dinâmica das transformações da sociedade, construiu um de seus conceitos-chave para a geografia, o de Formação

Sócio-espacial. Neste, espaço e tempo fundem-se como uma totalidade dialética, sem a qual dificilmente poderíamos estruturar qualquer forma de ação consequente e transformadora desta sociedade.

Intelectual independente, mas sempre atento àqueles que procuraram pensar o mundo de forma ousada – porém sem cair nos modismos que muitas vezes invadem a academia –, conseguia em cada livro produzido superar seu próprio pensamento. Poucos foram os geógrafos contemporâneos que conseguiram, como ele, aprofundar o debate sobre a epistemologia da Geografia.

Os conceitos de espaço e território, centrais para a afirmação da especificidade desta ciência, com Milton Santos alcançaram visibilidade, retirando-os do limbo das

indefinições ou generalizações que tanto fragilizaram seu avanço como área de conhecimento.

“Poucos foram os geógrafos contemporâneos que conseguiram, como ele, aprofundar o debate sobre a epistemologia da Geografia”

Nada melhor para compreendermos a profundidade desta contribuição do que parafrasear o professor Milton: “A Geografia deve estar atenta para analisar a realidade social total a partir de sua dinâmica territorial, sendo esta proposta um ponto de partida para a disciplina, possível a partir de um sistema de conceitos que permita compreender indissociavelmente objetos e ações”.

Por que a USP deve discutir a CCS

Reproduzimos abaixo a “Carta aberta à Universidade de São Paulo”, divulgada pela equipe de produção do programa Delta Pi, que deixou a TV USP por ver censurada edição sobre o Provão:

“Há cerca de um ano, a CCS vem sendo fruto de debates e críticas freqüentes. Na época da greve, o Informe CCS transformou-se em um veículo parcial e tendencioso, inadequado para um momento tão delicado. Passado aquele momento em que todas as atenções da Universidade estavam voltadas para esta discussão, os fatos deixaram de ser perceptíveis para toda a comunidade universitária, mas a política de comunicação social da USP continuou seguindo a mesma linha.

As pautas oficiais passaram a ser a prioridade, independentemente do papel de cada veículo e de suas dinâmicas internas. A TV USP, por sua vez, buscou, desde a greve, adotar uma postura plural. A sua missão deveria ser a de dar espaço para todas as vozes da Universidade, de forma equilibrada e justa. Não seria a TV das direções nem das oposições, mas o espaço para mostrar a Universidade como um todo, inclusive em suas contradições internas. Essa postura nada mais é do que reflexo do projeto da CCS, ao menos do projeto apresentado quando a nova coordenação tomou posse.

Entretanto, no último dia 4 de junho ocorreu um fato que vai absolutamente de encontro a este espírito que tentávamos pôr em prática. O programa Delta Pi com o tema Provão foi impedido de ir ao ar pela coordenadora da CCS, Cremilda Medina, depois de já ter sido aprovado por todas as instâncias internas à TV USP. Segundo as informações que nos chegaram, o programa seria “tendencioso, servindo apenas para falar do governo FHC” não devendo, portanto, ser veiculado.

É preciso afirmar alguns princípios que sempre nos regeram na construção semanal do Delta Pi, um programa de debates, feito em parceria com a TV PUC para dar voz aos estudantes. A importância da pluralidade de idéias não se dá apenas pelo seu caráter democrático, mas até funcionalmente. É a diferença que gera debate. É a multiplicidade de opiniões que possibilita o sucesso do programa.

Sempre nos pareceu importante mantê-lo com as vozes dos estudantes em maioria, buscando nos professores um balizamento de idéias, uma referência construtiva.

É certo que no referido programa, gravado em 4 de maio último, não tivemos o equilíbrio ideal entre as partes (simpliciter, entre as partes). Foram procurados 4 professores, entre eles dois ligados à Pró-Reitoria de Graduação, antes de convidarmos o professor Ciro Teixeira Correia, membro do Conselho de Graduação, que, segundo a indicação feita, era um dos que melhor tinha feito o debate sobre o tema naquele espaço. O outro professor que participou, J.S. Faro, membro da Comissão de Especialistas em Comunicação do MEC (CEE-COM / MEC) e professor de Jornalismo da PUC, mostrou-se profundo conhecedor do tema, apoiando as avaliações do MEC, mas também com algumas críticas ao Provão.

Entre os alunos, estava presente o primeiro colocado no provão de Física de 2000, recém-formado pela PUC, a favor da avaliação. Havia ainda dois estudantes contra o exame, que foram chamados por motivos distintos. Um, realmente, por ser aluno do curso de Jornalismo, no qual tem acontecido a maior resistência à prova. O outro, por ser estudante de Pedagogia, em que discutir avaliação educacional é parte de sua formação. Ao percebermos que não havia o equilíbrio ideal, propusemos ao mediador, Leonardo Sakamoto – como sempre fazemos em programas que não estão idealmente equilibrados – que deixasse mais espaço para o convidado totalmente a favor do provão. Além disso, coube a ele conduzir o debate de forma questionadora, procurando explorar principalmente os motivos das opiniões ali expressas.

É preciso salientar que haver um dos lados mais representado que outro já ocorreu por diversas vezes, até em virtude da impossibilidade do remanejamento de horários. O convidado não tem como apontar data ou horário de sua preferência, apenas aceita ou não o convite. No programa sobre a ALCA, por exemplo, tivemos dois professores que apoiam o acordo, com apenas um aluno postando-se claramente contra. Mas isso não foi, de forma alguma, empecilho para que gravássemos o programa. Apenas adotamos os mesmos pro-

cedimentos que já descrevemos acima, como forma de enriquecê-lo. Sabemos que o compromisso de fazer televisão, especialmente TV Universitária, é buscar todo o tempo o ideal, mas contentar-se com o que é possível dentro de uma estrutura de produção que nos é propiciada.

Ao assumirmos produção e direção do Delta Pi – em julho passado – foi-nos colocado o desafio de pensar uma atualização do programa, uma nova maneira de relacionar-se com os estudantes de graduação desta Universidade e da PUC. A proposta que elaboramos pretendia aproximar ainda mais a TV USP dos estudantes, ser um canal de expressão da comunidade universitária. Era a vontade de radicalizar um modelo de TV Universitária que já se diferenciava dos outros, um modo de pensar a Comunicação Social da Universidade como um amplificador das discussões – de assuntos externos e internos – que aqui dentro ocorrem. Dar vazão ao saber plural presente em nosso dia-a-dia. Não podíamos mais definir – apenas com três pessoas – o que, quem e como o Delta Pi iria discutir.

Sabíamos das dificuldades postas, e nunca nos desviamos delas. Era preciso superar as difíceis condições de produção, com duas pessoas, além do produtor da PUC. Era preciso superar as dificuldades do Departamento de Rádio, Televisão e Cinema da ECA, que nos cedia o estúdio e boa parte dos recursos técnicos e humanos para a gravação do programa, e que também sofre com o problema da falta de verbas. Saber administrar as vontades dos estudantes que traziam os temas sem deixar que o programa se tornasse uma caixa de sugestões sem fundo, envolvê-los realmente na produção. Além das questões diariamente enfrentadas por todos na TV USP, devido às dificuldades financeiras e administrativas por que passa a Universidade.

Este novo formato vem sendo praticado há um semestre, e já mostrou diversas qualidades que esperávamos alcançar. Gravamos programas cujos temas jamais pensaríamos, como “Guardadores de Carros”, por exemplo, com debates bastante interessantes. E o mais importante, os estudantes da USP e da PUC já vêm no Delta Pi um espaço para publicarem suas discussões e opiniões.

No caso da censura, o que mais incomodou foi a falta de diálogo, as acusações infundadas que foram feitas, a atitude autoritária. A equipe foi tratada como se instrumentalizasse o programa para passar o seu ponto-de-vista. Com o impedimento do Delta Pi ir ao ar, censurou-se não algo que a TV USP queria dizer, mas o que disse-ram as vozes da Universidade. Impediu-se que viessem à tona o debate e a pluralidade. Foi um desrespeito à equipe que trabalhou na construção deste programa, do diretor ao operador de VT. Desrespeito àqueles estudantes e professores que se propuseram a vir aqui falar. Desrespeito ao estudante da FEA-USP que propôs o tema. Desrespeito até ao espectador, contribuinte que financia a Universidade, que não teve a oportunidade de assistir ao programa.

Não podemos admitir que sejamos tratados como uma TV comercial, em que existe um dono, uma vontade única a ser respeitada. O papel da Universidade é justamente o contrário. Não nos sentimos apenas pessoalmente agredidos. Toda a Universidade e aqueles que a pensam como plural e democrática foram atingidos. Por isso, pedimos demissão da TV USP, juntamente com o mediador Leonardo Sakamoto. Por acreditarmos na Universidade como o espaço do debate, da crítica. Por entendermos a CCS como o maior agente deste debate. E por não percebermos mais a possibilidade de trabalhar desta forma dentro dela.

É, portanto, premente a necessidade de discussão sobre a CCS. Sobre o papel que ela tem na Universidade, sobre a forma de participação e inserção da comunidade universitária, sobre o modo como é escolhida a sua coordenação. Não só a TV USP, mas todas as mídias vêm sofrendo pressões e determinações autoritárias. Autoritárias porque desconsideram o próprio projeto das mídias. Porque vêm de uma coordenação que pouco tentou trabalhar na construção cotidiana de um projeto, mas que tem adotado posturas de controle e coerção. Fica a proposta e nossa disposição em contribuir neste processo.

João Brant
ex-diretor do Delta Pi

Lidia Neves
ex-produtora do Delta Pi”

A fórmula ZERO de política salarial do Cruesp:

$$\text{Reajuste} = \frac{0,80 \times 0,84 \times 0,0957 \times [\text{ICMS arrecadado} - \text{ICMS saúde das universidades}]}{8,33 \times \text{Folha de pagamento de setembro}} \times 100(\%)$$

A reunião do Fórum das Seis com o Cruesp estava marcada para as 18h30 desta segunda-feira, 02/07. Começou com cerca de duas horas de atraso, suscitando nosso protesto. Recebemos as desculpas do coordenador do Cruesp, com a justificativa de que os reitores tiveram que fazer acordos entre si. Trazemos abaixo uma síntese desta reunião melancólica, que terminou em torno da 1 hora da madrugada.

O reitor da Unicamp e presidente do Cruesp, professor Hermano Tavares, comentou as incertezas da economia. Argumentou que a política de racionamento de energia poderá ter reflexos ponderáveis sobre a arrecadação do ICMS. Apresentou, assim, uma fórmula de política salarial, como a do ano passado, mas com uma "pequena" alteração.

Fizeram uma estonteante revisão sobre o valor esperado para a arrecadação, que foi qualificado de capaz de manter a "saúde das universidades" (para custeio e investimentos) — o ICMS "saúde das Universidades", na fórmula acima, de R\$ 24,8 bilhões. Seriam mantidas as reuniões de acompanhamento mensais e em outubro esse resultado seria sacramentado com o Cruesp.

O Fórum das Seis manifestou sua surpresa e indignação com a proposta apresentada. Trocada em miúdos, deve representar um valor ZERO em outubro.

Insistimos em que o limite proposto, de que a arrecadação atinja R\$ 24,8 bilhões para só então haver reajuste, era inaceitável e inconsistente. Ele é supe-

Projeções para o ICMS 2001 (em bilhões de reais)				
Fórmula do ano passado	Orçamento do Governo/2001	Orçamento da Unicamp/2001	Fórum das 6, em maio/2001	ICMS Cruesp - "saúde das Universidades"
20,4	22,4	23,4	24,3	24,8

rior a qualquer uma das estimativas de arrecadação existentes para este ano (veja tabela), sendo 22% maior do que aquele da fórmula do ano passado! Em particular, dissemos, está exatamente 6% acima da previsão de orçamento já revista pela Unicamp para 2001.

Isso nos levava a crer que o Cruesp estaria definindo que a saúde dos custeios e investimentos seria reajustada da mesma forma que os salários (6%), tendo como referência a Unicamp.

O Fórum das Seis manifestou surpresa e indignação com a proposta apresentada. Trocada em miúdos, deve representar um valor ZERO em outubro

Complementamos, ainda, que desta forma o comprometimento com salários nas três universidades, cujo valor nos últimos cinco anos foi de 87,2%, deverá cair para 82% neste ano (80% na USP). Na verdade, o movimento docente tem defendido que os recursos para custeio e investimentos sejam pelo menos 20% do orçamento. Mas não podemos aceitar que isso seja construído comprometendo ainda mais os salários dos servidores (docentes e funcionários) das universidades.

Cobramos novamente se isso não estaria significando

confiscar recursos dos salários para cumprir um acordo de expansão de vagas firmado com o governo do Estado. Reafirmamos que o aumento de vagas, que também é reivindicação nossa, teria que ser feito com repasse de recursos adicionais.

O professor Jacques Marcovitch sustentou ser contrário ao financiamento da expansão de vagas com salários, para o que propõe investimentos adicionais do governo.

Contestou afirmação do secretário do Planejamento, André Franco Montoro Filho, de que reitores topariam ampliar vagas sem novos recursos. Destacou, ainda, que na LDO foi aprovada a possibilidade de concessão de novos repasses orçamentários para expansão de vagas, fruto de negociações dos reitores e da pressão de nosso movimento.

Mas o presidente do Cruesp manifestou que não havia unanimidade entre os reitores quanto à proposta de expansão. Ela seria amplamente discutida pelos

reitores com o governo e com representantes dos legislativos (federal e estadual), antes de ser divulgada para a comunidade universitária...

Mais uma vez, cobramos que nos fossem sempre passadas as fitas com a gravação da reunião. O Cruesp continua negando-se a entregá-las, afirmando que cuidarão de fazer uma ata escrita da reunião, com as dificuldades que isso representa, pois tantas outras vezes não houve acordo quanto à fidedignidade entre o discutido e o lavrado.

O Fórum das Seis transmitiu ao Cruesp que a proposta apresentada era muito ruim e que seria encaminhada às assembleias das entidades em agosto. Propusemos uma nova reunião na semana de 20 de agosto, após a deliberação de nossas assembleias.

Estamos em situação semelhante à de novembro de 1999. O Cruesp está apostando que ficaremos passivos. É rir, chorar ou preparar a mobilização em agosto!

Reunião da Comissão Técnica em 6/7

Houve uma reunião da Comissão Técnica Fórum das Seis - Cruesp no dia 6/7 pela manhã, na Unicamp. O Fórum das Seis apresentou a proposta de que o subtraendo, na fórmula da política salarial, fosse de R\$ 23,2 bilhões.

Este valor representa a soma da previsão orçamentária do governo (R\$ 22,4 bilhões) com a previsão do reajuste de 6%. Os técnicos do Cruesp não concordaram com esse valor. Uma nova reunião técnica foi marcada para o dia 6/8.